GUIA DE IMPLEMENTAÇÃO
DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Orientações para o processo de implementação da BNCC

2018

União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação

FÓRUM NACIONAL DOS CONSELHOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO

UNDIME União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

consed Conselho Nacional de Secretários de Educação

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

BRASIL GOVERNO FEDERAL

APRESENTAÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que define o conjunto progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica.

Prevista na Lei de Diretrizes e Bases (1996) e no Plano Nacional de Educação (2014), a BNCC é fruto de amplo processo de debate e negociação com diferentes atores do campo educacional e com a sociedade brasileira. Desde 2015, sua elaboração contou com a participação de diversos especialistas, um processo de mobilização nacional liderado pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e pelo Ministério da Educação (MEC), além de mais de 12 milhões de contribuições da sociedade civil, especialmente de educadores, em consultas públicas.

A Base Nacional Comum Curricular contempla toda a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio). A parte referente à Educação Infantil e Ensino Fundamental foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo MEC em dezembro de 2017, depois de audiências públicas realizadas em todas as regiões do Brasil. Já a parte referente ao Ensino Médio encontra-se atualmente em processo de elaboração.

Durante a fase final de revisão da BNCC, as redes de ensino começaram a preparar seus processos de planejamento e implementação, que serão cruciais para que a BNCC cumpra o seu papel de promover mais qualidade e equidade na aprendizagem dos estudantes. Com a BNCC aprovada, é fundamental, agora, que todas as redes do país sejam as protagonistas dessa etapa de implementação.

Este Guia de Implementação é fruto do trabalho colaborativo entre MEC, Consed, Undime, União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) e o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCEE). Tem como objetivo apoiar gestores estaduais, municipais e escolares no percurso de (re)elaboração da proposta curricular de suas redes, com foco no regime de colaboração entre os estados e municípios. O Guia refere-se às etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Educação Básica. Posteriormente, será complementado com a etapa de Ensino Médio e sugestões de ações para outras dimensões da implementação, tais como: formação continuada de professores, revisão dos Projetos Pedagógicos – PPs das escolas e orientação tanto sobre materiais didáticos quanto sobre avaliação e acompanhamento das aprendizagens.

O trabalho colaborativo é princípio central da implementação da BNCC. Buscar maximizar a colaboração entre entes federados assegura que as orientações aqui propostas respondam às diferentes realidades das escolas brasileiras. Mais do que uma possibilidade, a parceria entre estados e municípios é entendida como um importante catalisador desse processo. Por essa razão, permeia todo o material.

Assim, os recursos que seguem neste Guia podem ser úteis em qualquer modelo de processo que a sua rede venha a definir. A intenção é ajudar a equipe gestora a organizar o trabalho para que possa produzir um documento que tenha como referência as aprendizagens pautadas pela BNCC, que preserve, revele e valorize a identidade e diversidade de cada localidade ou região e que seja apropriado pelos educadores como um documento orientador da sua prática.

Desejamos a todos um ótimo trabalho!

MEC, CONSED, UNDIME, FNCEE E UNCME

ESTRUTURA DO GUIA

Este Guia apresenta sete dimensões para orientar o processo de implementação da BNCC. As dimensões estão organizadas em um percurso que visa facilitar o trabalho das secretarias, mas podem ser realizadas de maneira concomitante a depender do planejamento dos estados e municípios. Cada dimensão traz questões para reflexão, sugestões de ações e materiais de apoio que podem ser utilizados para realizá-las. Existem outras dimensões de suma importância, que serão tratadas pelo MEC em outros documentos orientativos e em programas. **As dimensões 4 a 7 estão em construção e serão incorporadas ao longo de 2018.**

AÇÕES TRANSVERSAIS

Há cinco grupos de ações indispensáveis para o sucesso de cada uma das etapas e por isso são apresentadas de maneira transversal no Guia.

- PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO
- COMUNICAÇÃO E ENGAJAMENTO
- PROCESSOS FORMATIVOS
- APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO
- FORTALECIMENTO DA GESTÃO PEDAGÓGICA

PERCURSO DE IMPLEMENTAÇÃO

AÇÕES TRANSVERSAIS

1. ESTRUTURAÇÃO DA GOVERNANÇA DA IMPLEMENTAÇÃO | pág. 4
2. ESTUDO DAS REFERÊNCIAS CURRICULARES | pág. 19
3. (RE)ELABORAÇÃO CURRICULAR | pág. 24
4. FORMAÇÃO CONTINUADA
5. REVISÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS – PPs
6. MATERIAIS DIDÁTICOS
7. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE APRENDIZAGEM

1

ESTRUTURAÇÃO DA GOVERNANÇA DA IMPLEMENTAÇÃO

O PRINCIPAL OBJETIVO DESTA DIMENSÃO É PREPARAR A REDE ESTADUAL E AS MUNICIPAIS PARA A (RE)ELABORAÇÃO* CURRICULAR EM REGIME DE COLABORAÇÃO, RESULTANDO EM UM DOCUMENTO CURRICULAR QUE ABRANJA TODO O ESTADO. HÁ TAMBÉM A POSSIBILIDADE DE MUNICÍPIOS OPTAREM POR TRABALHAR EM PARCERIA COM OUTROS MUNICÍPIOS OU MESMO SOZINHOS.**

O primeiro passo é construir uma estrutura em que todos se sintam representados, redes municipais e estadual, e saibam qual será a sua contribuição no processo. Nesta etapa, acontecem as definições sobre regime de colaboração e governança.

(*) O termo **(re)elaboração curricular** refere-se ao processo de tradução da BNCC em um documento curricular local e contempla tanto as redes que farão sua primeira elaboração curricular, quanto as redes que já possuem currículo e farão uma atualização alinhada à BNCC. **(**)** Neste Guia, o termo **estado** não se restringe à secretaria estadual. Currículo estadual, por exemplo, refere-se ao currículo produzido em regime de colaboração entre estado e municípios, que valerá tanto para a rede estadual quanto para as municipais que aderirem a esse processo.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. Quais as possíveis formas de organização do trabalho em regime de colaboração?

2. Como garantir a participação efetiva de diferentes atores – estaduais e municipais – no processo de (re)elaboração curricular em regime de colaboração?

3. Como planejar a comunicação e mobilização do processo de (re)elaboração curricular?

4. Quais decisões são tomadas por quem e de que maneira?

1.1
ARTICULAR UM REGIME DE COLABORAÇÃO

Realizar um processo de revisão ou elaboração curricular é complexo: demanda conhecimento técnico, disponibilidade da equipe, mobilização dos atores, mecanismos de monitoramento e investimento de recursos. Acompanhar a implementação de um documento curricular tampouco é uma tarefa simples. É preciso se organizar para conduzir um processo que tenha coerência e qualidade. MEC, CONSED e UNDIME recomendam que municípios e estados se organizem em regime de colaboração para unir forças e otimizar recursos.

Esta colaboração favorece, também, os estudantes. Suas aprendizagens essenciais devem ser garantidas independentemente da rede em que estão matriculados (municipal ou estadual) ou se houver transição entre redes.

O regime de colaboração prevê representatividade e isonomia entre os entes federados na tomada de decisão e execução das ações, com foco na aprendizagem dos estudantes.

Para a concretização dessa primeira fase de trabalho, os estados e municípios contam com um **Programa de Apoio à Implementação**, com repasse de recursos ao estado, para fortalecer o processo de (re)elaboração curricular durante o ano de 2018 em regime de colaboração. Tais recursos são destinados para:

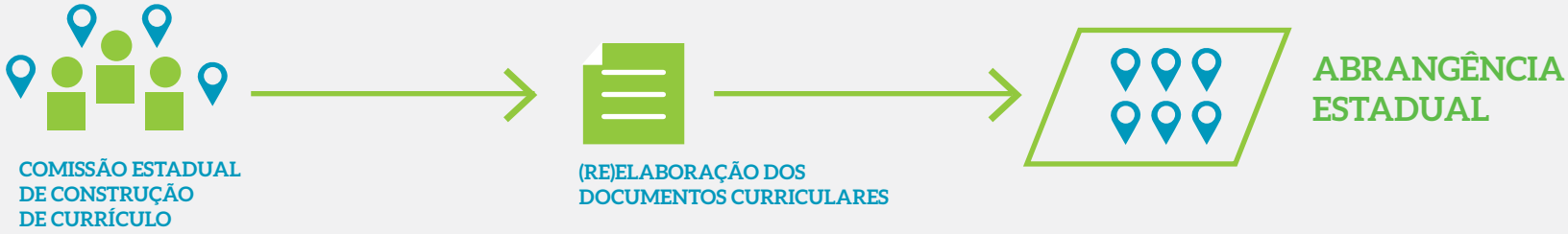
- O fortalecimento das **equipes de gestão e currículo para o estado**, via bolsas de formação para coordenadores estaduais (do Consed e Undime), articuladores do regime de colaboração (por seccional da Undime), coordenadores de etapas da educação básica e redatores de currículo (ver detalhamento na seção 1.4 deste Guia);
- A contratação de **especialistas em currículo** para auxiliar na escrita do documento curricular;
- A realização de **eventos formativos e de consulta**, com o envolvimento dos municípios;
- A impressão das versões preliminares e/ou da versão final do **documento curricular**, para a sua disseminação junto às comunidades escolares.

Serão ainda disponibilizadas ferramentas e consultoria técnica para apoiar o planejamento e a implementação do processo de (re)elaboração curricular, conforme detalhado mais adiante.

REGIME DE COLABORAÇÃO

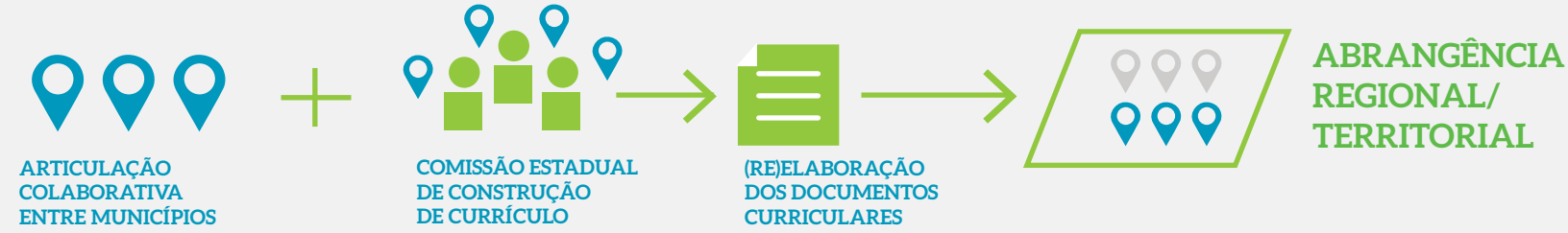
Abaixo, propomos como exemplo duas formas possíveis de colaboração entre estados e municípios que consideram decisões e iniciativas de organização distintas. Em ambas, há uma convergência de propostas curriculares das redes por meio de cooperação na sua elaboração.

I. (RE)ELABORAÇÃO DOS DOCUMENTOS CURRICULARES PARA TODO O ESTADO:



Acontece com a união de esforços das equipes pedagógicas da secretaria estadual e das secretarias municipais e de outros atores relevantes. O resultado do trabalho é uma proposta curricular de abrangência estadual, construída em conjunto pela secretaria estadual e pelas secretarias municipais, considerando a diversidade e desigualdades regionais do estado.

II. ESTADO APOIA GRUPOS DE MUNICÍPIOS NA (RE)ELABORAÇÃO DE SEUS DOCUMENTOS CURRICULARES:



Municípios que pertencem a uma mesma região, organizados ou não em Arranjos de Desenvolvimento da Educação ou Consórcios Intermunicipais, articulam-se com a equipe da secretaria estadual para a discussão e (re)elaboração dos documentos curriculares de forma colaborativa. Neste modelo, é o grupo de municípios que define o percurso do processo e recorre à Comissão Estadual de Construção de Currículo para os apoios necessários. A Comissão, a seu critério e de acordo com suas possíveis limitações, dá suporte técnico aos municípios, resultando em um conjunto de propostas curriculares de abrangência regional, articuladas com a proposta curricular do estado.

ATENÇÃO

No caso de um município ou grupo de municípios optar pela (re)elaboração curricular sem articulação formal com o estado, sobretudo para os municípios menores, essa escolha deve ser bem avaliada. É preciso considerar que a discussão e elaboração coletiva favorecem a otimização dos recursos humanos, técnicos e financeiros e fortalecem as relações entre os diferentes entes federados, promovendo, além da qualidade e coerência do documento curricular, a equidade na educação para todos os alunos.

SUGESTÃO

*Recomenda-se a oficialização da pactuação dos municípios ao Regime de Colaboração com o estado por meio da **assinatura de um documento formal**, a fim de potencializar o comprometimento dos diversos entes com o Regime e a continuidade da implementação da BNCC nos anos seguintes.*

1.2

ESTABELECER UMA GOVERNANÇA

Independentemente do modelo de colaboração definido, é recomendável que haja uma definição clara de governança, constituída por uma instância consultiva, uma instância deliberativa e instâncias gestoras, como de assessoria técnica, além de grupos de trabalho.

A seguir, indicamos uma sugestão de estrutura de governança que favorece a articulação entre as ações no nível nacional, estadual e municipal e organiza as formas de colaboração no processo.

SUGESTÃO DE ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

NACIONAL

SOCIEDADE CIVIL (APOIO)

COMITÊ DE IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC (MEC, CONSED, UNDIME)

CONSELHOS (CNE, FNCEE, UNCME)

ESTADUAL

	COMISSÃO ESTADUAL DE CONSTRUÇÃO DOS CURRÍCULOS (ATUAÇÃO CONSULTIVA)*	COMISSÃO ESTADUAL DE CONSTRUÇÃO DOS CURRÍCULOS (ATUAÇÃO DELIBERATIVA)	EQUIPE DE GESTÃO	EQUIPE DE CURRÍCULO
Sugestão de composição	Entidades representativas do setor educacional indicadas por Consed e Undime.	Lideranças executivas de Consed e Undime no estado e lideranças indicadas pelas duas organizações.	Coordenadores estaduais da BNCC (Consed e Undime), Analista de Gestão, Articulador de Regime de Colaboração.	Coordenadores de etapas, especialistas consultores, Redatores de currículo, membros selecionados dos GTs e outros indicados por Consed e Undime.
Atribuições	Debater sobre as possibilidades e necessidades da implementação da BNCC, gerando participação e envolvimento no processo.	Encaminhar e tomar decisões sobre a gestão do regime de colaboração no nível das secretarias estadual e municipais de educação. É desejável em momentos específicos convocar os secretários municipais para acompanhamento e monitoramento.	Estabelecer o planejamento e cronograma das ações, disponibilizar materiais de estudo, orientar a comunicação do processo, compor grupos de trabalho, reportar à Comissão Estadual de Construção de Currículos e articular com demais atores envolvidos. **Ver atribuições detalhadas na pág. 29**	Estudar o histórico curricular do estado e produzir os textos do novo currículo, de maneira alinhada com a equipe de gestão. **Ver atribuições detalhadas na pág. 29**
Periodicidade sugerida para os encontros	SEMESTRAL (180)	BIMESTRAL (60)	CONFORME CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	CONFORME CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

★ A Comissão Estadual de Construção de Currículos exercerá tanto papel consultivo quanto deliberativo a depender de sua composição em cada estado

1.3

PLANEJAR O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC

Considerando a forma de colaboração escolhida, deve-se estabelecer um planejamento para garantir clareza e ritmo ao processo. Nesse planejamento, é recomendável **definir os recursos necessários e disponíveis, o cronograma de ações, os atores envolvidos e o modelo de participação regional em um documento norteador da implementação**. Isso facilitará a coordenação, o acompanhamento e a efetividade das ações.

RECURSOS

É importante prever os recursos financeiros e humanos necessários e disponíveis para subsidiar o processo de (re)elaboração curricular relacionados à realização de encontros de formação e mobilização, produção de materiais de comunicação, impressões, despesas com deslocamentos e viagens da equipe, entre outros.

Ao planejar os recursos necessários, é recomendável considerar quem são os atores e organizações que podem prover auxílio adicional, como especialistas, universidades, organizações da sociedade civil, conselhos e órgãos governamentais. Em especial, MEC, Consed, Undime, FNCEE e UNCME estão monitorando nacionalmente o processo de implementação e podem oferecer assistência técnica adicional às redes que necessitarem.

ATENÇÃO

O MEC orienta a seleção de especialistas de acordo com as indicações do Programa de Apoio. Caso haja necessidade de novos integrantes ao grupo, as redes municipais e a rede estadual disponibilizarão suas equipes para compor o grupo de trabalho.

No caso das secretarias estaduais e seccionais da Undime que aderiram ao Programa de Apoio à Implementação, será necessário o planejamento específico da alocação do recurso que será disponibilizado para a UF. Dentro das frentes de ação previstas, algumas questões norteadoras podem auxiliar o planejamento e a alocação dos recursos:

1. CONTRATAÇÃO DE ESPECIALISTAS:

- As secretarias de estado e municípios têm recursos humanos suficientes e disponíveis para dedicação ao processo de (re)elaboração do documento curricular no estado?

2. REALIZAÇÃO DE EVENTOS FORMATIVOS E DE MOBILIZAÇÃO:

- Quais mobilizações serão realizadas? (eventos, oficinas, webconferências, distribuição de material gráfico, comunicação online etc.)
- Quantos eventos/mobilizações serão necessários para a (re)elaboração curricular em colaboração com os municípios?
- Quais os tipos de eventos que a UF gostaria de realizar? (estaduais, regionais, municipais, etc).
- Quais serão os perfis dos públicos participantes de cada evento?
- Quantas pessoas serão mobilizadas em cada evento?

3. IMPRESSÃO DO DOCUMENTO CURRICULAR:

- Imprimir e distribuir documento curricular é uma estratégia relevante no meu planejamento de mobilização?
- Quantas escolas/regionais/municípios existem no estado?
- Quantas unidades do documento curricular impresso poderão ser enviadas?
- Qual é o público do material enviado?

CRONOGRAMA

Começar a pensar desde já nas mudanças que a (re)elaboração curricular trará para o estado – e especialmente para a prática do professor em sala de aula – é fundamental, assim como não perder de vista o que terá de ser adequado/desenvolvido em termos de materiais didáticos, indicadores de aprendizagem, condições para a formação continuada de professores e outros programas/projetos. Por isso, é importante a elaboração de um cronograma de ações detalhado.

ATENÇÃO

Ao elaborar seu cronograma, recomenda-se observar o cronograma de referência do MEC, Consed e Undime para o processo de (re)elaboração curricular.

CRONOGRAMA MEC, CONSED E UNDIME

FEVEREIRO

Estruturação do plano de trabalho (elaborado e assinado pela secretaria estadual e Undime estadual) de (re)elaboração curricular e adesão à iniciativa de apoio aos estados via PAR; Indicação da equipe de currículo.

MARÇO

Formação da equipe de currículo; Dia D de estudo da BNCC nas escolas e secretarias.

ENTRE MARÇO E MAIO

Elaboração da primeira versão da nova proposta curricular.

JUNHO

Consultas públicas sobre a primeira versão da proposta curricular (poderá ser feita via Plataforma Educação é a Base www.basenacionalcomum.mec.gov.br).

JULHO A SETEMBRO

Revisão da primeira proposta curricular à luz das contribuições das consultas públicas e envio aos conselhos de educação de acordo com a legislação local.

NOVEMBRO

Publicação de documento curricular.

DEZEMBRO

Início das formações dos gestores, coordenadores, equipes pedagógicas das secretarias e professores.

ATORES ENVOLVIDOS E O MODELO DE PARTICIPAÇÃO REGIONAL

Além de definir o perfil e papéis dos envolvidos em cada ação, é importante planejar as formas deste envolvimento.

Nos estados onde há a colaboração com os municípios, organizar a discussão regionalmente durante diversas etapas do processo é um fator-chave para garantir que o documento produzido dialogue com as diferentes realidades do estado e para facilitar o fluxo de comunicação, além de fortalecer o vínculo entre atores e o papel dos municípios no processo.

Para a definição do modelo de regionalização que será utilizado deve-se avaliar os seguintes pontos:

É possível aproveitar divisões territoriais já existentes ou é necessário reorganizá-las?

SUGESTÃO: Quando possível, sugere-se aproveitar estruturas já existentes das secretarias ou da Undime, sejam elas divisões territoriais, equipes formadas ou infraestrutura física. Importante: a divisão adotada deve ser negociada e pactuada e deve haver colaboração entre os atores.

Se necessárias adaptações a estruturas já existentes dos estados, quais critérios devem ser utilizados para fazê-lo?

SUGESTÃO: Critérios que podem ser considerados são (I) a distância máxima ou tempo máximo de deslocamento entre municípios e sede de encontros; (II) número máximo de municípios contemplados na região, para garantir efetividade dos encontros; (III) respeito às configurações e arranjos de cooperação pré-estabelecidos pela Undime e pela secretaria estadual. Outros critérios também podem ser definidos de acordo com as especificidades dos estados e municípios. Sugere-se que mudanças na regionalização sejam feitas conjuntamente entre estado e municípios.

Como pode ser organizada a governança das instâncias regionais na sua articulação com a instância estadual (Consed e Undime)?

SUGESTÃO: Cada estado possui uma rotina própria de comunicação e governança entre as instâncias regionais

e estadual. Em muitos casos, a definição de representantes das diferentes regiões que possam organizar a discussão localmente, sistematizar e levar seus posicionamentos e contribuições para o estado e demais regiões facilita o fluxo do trabalho. Além disso, é importante estabelecer uma rotina de trocas e compartilhamento acordada com a instância estadual (Consed e Undime), garantindo o ritmo e participação constante das instâncias regionais no processo.

Em quais etapas do processo deve ocorrer o envolvimento direto das regionais?

SUGESTÃO: Discussões e outras atividades nas regionais podem ser realizadas em diferentes momentos do processo, sendo recomendável que ocorram, ao menos, a participação qualitativa e representativa na elaboração do documento curricular e consultas sobre as versões preliminares do documento curricular, conforme indicado mais adiante neste Guia.

1.4
COMPOR EQUIPES

Nomear uma equipe responsável pela (re)elaboração curricular, para assegurar os papéis e responsabilidades definidos no planejamento, é o passo central dessa ação. Essa equipe, que contará com os recursos do Programa de Apoio à Implementação para sua composição, deverá priorizar e respeitar os princípios de qualidade técnica, representatividade e isonomia entre os entes federados, sendo composta por:

- Coordenadores estaduais de currículo (1 da secretaria estadual e 1 da secccional da Undime);
- Articulador de regime de colaboração (1 por seccional da Undime);
- Analista de gestão (1 por estado);
- 3 Coordenadores curriculares de etapa de ensino (1 para Educação Infantil, 1 para Anos Iniciais e 1 para Anos Finais do Ensino Fundamental);
- 22 Redatores do currículo.

ACESSE O DOCUMENTO COM O PERFIL DA EQUIPE DE GESTÃO E CURRÍCULO EM
WWW.BASENACIONALCOMUM.MEC.GOV.BR

A equipe gestora do processo de (re)elaboração curricular é um núcleo central e poderá posteriormente formar grupos de trabalho para demandas específicas.

Esta equipe irá fortalecer a gestão do processo e o regime de colaboração entre estado e municípios, trabalhando em conjunto localmente para garantir os objetivos da (re)elaboração e implementação curricular. Cada equipe pode considerar a incorporação de outros profissionais para além dos contemplados no escopo do Programa de Apoio à Implementação com vistas a reforçar sua atuação.

1.5

PLANEJAR E INICIAR MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Uma vez estabelecidos a governança, o planejamento e a composição das equipes, é possível iniciar a comunicação sobre o processo.

A participação das equipes de comunicação das secretarias é essencial em diversos momentos, especialmente na hora de elaborar um plano para comunicar as ações e engajar atores estaduais e municipais.

Informar todos os envolvidos, sobretudo professores, é fundamental para o sucesso da implementação. Essa estratégia confere legitimidade ao processo e ao resultado, evita resistências e apoia os professores das escolas públicas e privadas a colocar o novo documento curricular em prática na sala de aula.

Uma das principais ações de comunicação, formação e mobilização em âmbito nacional é o "**Dia D da Base**", quando as secretarias de educação, escolas públicas e particulares e instituições de ensino superior discutem a BNCC com suas equipes técnicas, gestora e comunidade escolar.

O Dia D é pensado para acontecer em um dia específico do ano promovendo uma mobilização nacional. No entanto, as orientações e recursos sugeridos nos roteiros e materiais de apoio, disponibilizados para este evento, podem ser utilizados em qualquer situação de formação ou debate sobre a BNCC, inclusive nos horários de trabalho pedagógico coletivo.

MATERIAIS DISPONÍVEIS EM
WWW.BASENACIONALCOMUM.MEC.GOV.BR

ESTUDO DAS REFERÊNCIAS CURRICULARES

ESSA É UMA ETAPA DE PREPARAÇÃO PARA A PRODUÇÃO DO NOVO DOCUMENTO CURRICULAR

É preciso estudar e entender a proposta da BNCC, o histórico curricular local, as pluralidades e diversidades dos vários documentos existentes, incluindo os currículos dos municípios. Esse mergulho enriquece o debate e qualifica as contribuições.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. Como elaborar um documento curricular que considere bebês, crianças, jovens e adultos das diferentes escolas dos municípios, regiões e estado?

2. Em que medida os documentos curriculares atuais atendem às necessidades das crianças e dos jovens? Quais ajustes precisam ser feitos?

3. Qual o histórico curricular do meu estado? Quantos dos municípios já possuem documento curricular próprio? Quantos municípios utilizam o documento curricular da rede estadual?

4. Dentre os diferentes modelos curriculares que conhecemos, qual atenderia melhor o estado?

5. Ao analisar os resultados das avaliações internas e externas, o que chama mais atenção e que precisa ser considerado na produção do documento curricular? Proficiência em Língua Portuguesa? Matemática? Em outros componentes? Os indicadores de fluxo? Como abordar essas questões no novo documento?

6. Quais pesquisas realizadas em meu estado, no país ou internacionalmente podem apoiar no processo decisório de (re)elaboração curricular?

2.1

ESTUDAR CONCEITOS, CONCEPÇÕES E METODOLOGIAS

Nesta etapa, a equipe gestora do processo e as equipes pedagógicas dedicam-se a **estudar conceitos e concepções fundamentais** para a (re)elaboração curricular como, por exemplo, a BNCC e a articulação com os demais documentos existentes (a exemplo dos Projetos Pedagógicos – PPs das escolas); os referenciais teóricos; os diferentes tipos de documentos curriculares; as implicações do formato navegável e editável e abordagens; e as metodologias para uma (re)elaboração curricular.

A versão homologada da BNCC pode ser encontrada em formato navegável e editável no link: ***www.basenacionalcomum.mec.gov.br***

ATENÇÃO

Materiais de formação, sugestões de pautas e ferramentas para estudo e compartilhamento serão disponibilizados como parte do Programa de Apoio à Implementação para uso nas semanas de planejamento, nos horários de trabalho pedagógico e atividades com a comunidade escolar e nos momentos de trabalho durante o processo de construção do currículo do estado. Recursos introdutórios e formativos sobre a BNCC (apresentações, cadernos informativos, vídeos etc.) para professores, gestores, técnicos e comunidade escolar são alguns exemplos de materiais. Além disso, formações presenciais e a distância para as equipes de currículo do estado irão subsidiar as primeiras discussões e estudos sobre a BNCC, bem como o início do processo de (re)elaboração curricular.

2.2

LEVANTAR HISTÓRICO CURRICULAR DO ESTADO E DOCUMENTOS ATUAIS

É necessário conhecer o histórico de documentos curriculares que orientaram o trabalho do estado e dos municípios até o momento.

Como passo inicial desse processo, sugere-se a realização de um diagnóstico sobre a situação curricular dos municípios do estado, para mapear quantos já têm seus próprios documentos, assim como quais são seus referenciais e concepções pedagógicas.

ATENÇÃO

É provável que muitos professores e gestores tenham participado da construção curricular nos últimos anos e reconheçam-se nesses documentos. Isso deve ser levado em consideração ao propor uma revisão curricular à luz da BNCC. As boas experiências desses professores devem ser aproveitadas para qualificar a construção.

2.3

DEFINIR DIRETRIZES PARA A (RE)ELABORAÇÃO CURRICULAR

Para iniciar a (re)elaboração curricular de maneira alinhada e coerente com o histórico do estado e as condições de implementação, será necessário **definir algumas diretrizes que apontem qual concepção e o modelo de estrutura do documento curricular que se quer construir**. Alguns exemplos do que pode ser definido são: princípios norteadores do currículo, processo de avaliação, metodologia, nível de detalhamento das habilidades, exemplos de propostas de trabalho interdisciplinar, estratégias para contemplar diversidades locais, temas integradores, formato e utilização de exemplos de atividades, orientações didáticas para cada componente curricular, entre outros.

2.4

SISTEMATIZAR E APRESENTAR OS ESTUDOS E DEFINIÇÕES DE DIRETRIZES

Apresentar as diretrizes definidas, em reuniões presenciais ou a distância, por exemplo com uso da Plataforma **Educação é a Base** ou webconferências, ajudará a concretizar esta etapa e iniciar a (re)elaboração curricular de maneira alinhada.

ATENÇÃO

O estudo sobre BNCC e o documento curricular também deve ser comunicado. Promover palestras sobre a BNCC, grupos de estudo, discussões nas horas de atividades coletivas, entre outras ações, podem ser estratégias de comunicação. Não se esqueça de divulgar esses eventos e reuniões internamente e para a imprensa local.

3

(RE)ELABORAÇÃO CURRICULAR

ESTA ETAPA COLOCA EM PRÁTICA O QUE FOI PLANEJADO ATÉ O MOMENTO E TEM COMO RESULTADO UM NOVO DOCUMENTO CURRICULAR QUE DEVERÁ GARANTIR AS APRENDIZAGENS PREVISTAS NA BNCC E SERVIR COMO NORTE PARA ELABORAÇÃO OU REVISÃO DOS PPs DA ESCOLA E DO PLANEJAMENTO DO PROFESSOR.

Nesta etapa, os maiores desafios serão: cuidar para que o processo maximize e valorize a participação de todos os profissionais das redes estadual e municipais e escolas públicas e privadas; que a estrutura e a proposta estejam claras e tenham coerência (na terminologia e na concepção de aprendizagem) e que o produto final tenha uma progressão adequada que garanta as aprendizagens previstas na BNCC dialogando com a realidade local.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. O que bebês, crianças e jovens devem aprender?

2. Como a formação integral estará contemplada no documento curricular?

3. Como os objetivos de aprendizagem/habilidades/objetos do conhecimento do novo currículo corresponderão às indicações da BNCC?

4. Como faremos para que a realidade local esteja contemplada na proposta curricular? Conteúdo? Temas? Estratégias? Textos?

3.1
COMPOR GRUPOS DE TRABALHO

Com base na definição das diretrizes para a (re)elaboração curricular, será necessário compor grupos de trabalho para a **redação do novo documento curricular**.

Grupo de trabalho, neste guia, refere-se à organização em que profissionais se relacionam para discutir, aprofundar e desenvolver o documento curricular. Por exemplo: o redator de um determinado componente pode convidar alguns professores de grande conhecimento e legitimidade para construir, de forma coletiva, a proposta do currículo para tal componente.

Os grupos podem ser organizados por etapas – Educação Infantil (com divisão por faixa etária) e Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais), áreas de conhecimento, componentes curriculares, temas transversais e integradores, competências gerais da BNCC, entre outros. Eles serão responsáveis por sistematizar uma versão preliminar do documento curricular.

ATENÇÃO

*A comunicação ao longo desta etapa terá foco no **compartilhamento de informações** sobre o processo de (re)elaboração curricular, de forma a assegurar o máximo de participação possível. Deve-se comunicar com clareza quais são os objetivos, passos do processo, cronograma previsto, atividades agendadas (formações, reuniões dos grupos de trabalho etc), atores envolvidos, consultas públicas, entre outros.*

Para estimular a comunicação e o engajamento, é possível realizar um evento, ou eventos, de lançamento dos trabalhos de (re)elaboração curricular, com ampla representatividade da comunidade escolar, além de manter uma frequente troca de e-mails/mensagens com professores informando o status e o andamento das etapas.

Dar início ao processo com engajamento e transparência ajuda durante o todo o percurso da implementação.

Em regime de colaboração, além da qualidade técnica dos profissionais, deve-se ter atenção para **garantir a representatividade nos grupos de trabalho**, tanto entre estado e municípios, como em relação às escolas privadas. Para que os grupos não fiquem muito numerosos, sugere-se também convidar atores externos à equipe de currículo para participação em momentos específicos.

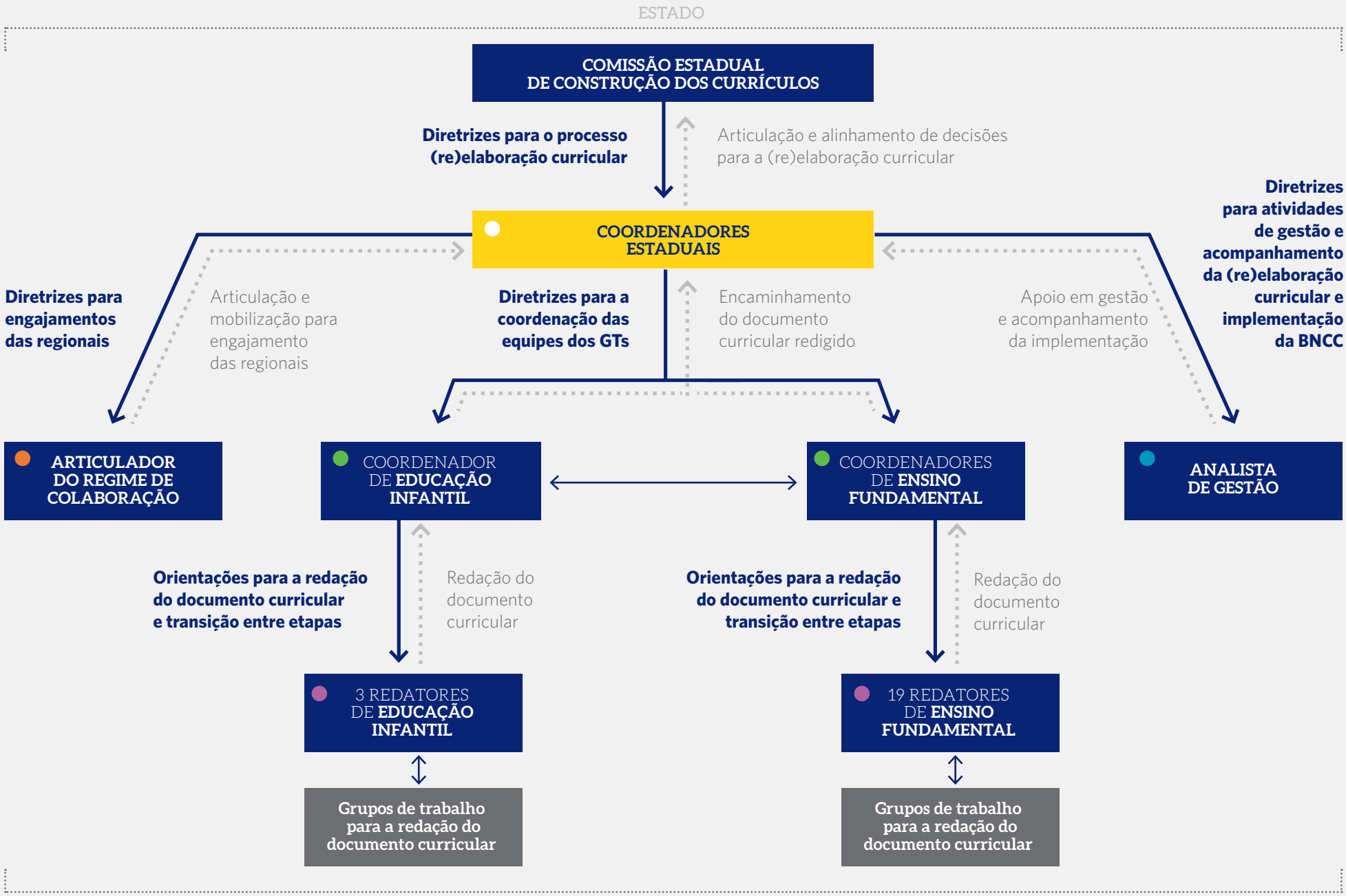
ATENÇÃO

*Recomenda-se a existência de uma **rotina de trocas e alinhamentos entre os diferentes grupos de trabalho**. Isso é importante para que a **transição entre as etapas** da Educação Básica garanta a integração e continuidade dos processos de aprendizagens e que os componentes ou áreas do documento curricular dialoguem de maneira **interdisciplinar** e trabalhem conjuntamente as **competências gerais** da BNCC.*

Exemplos desses atores são: movimentos sociais relacionados aos temas transversais e integradores, entidades acadêmicas, associações de estudantes, 3º setor e demais representantes da comunidade escolar.

O Programa de Apoio à Implementação prevê formação continuada presencial e a distância para as equipes de currículos. Será disponibilizado também apoio remoto para essas equipes por meio de grupos de especialistas para tirar dúvidas, aprofundar questões específicas e compartilhar sugestões com as equipes de gestão e currículo de todos os 26 estados e do Distrito Federal.

FLUXOGRAMA DE PROCESSO DE (RE)ELABORAÇÃO CURRICULAR



PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES:

COORDENADOR ESTADUAL

- Articular equipes das secretarias estadual e municipais;
- Alinhar decisões com o Consed e a seccional da Undime;
- Apoiar a secretaria estadual e a seccional da Undime na articulação com os conselhos de educação (estadual e municipais);
- Planejar o cronograma e garantir o cumprimento dos prazos;
- Alinhar atividades com o analista de gestão e o articulador de regime de colaboração;
- Orientar as equipes de coordenação e redação;
- Organizar a consulta pública;
- Encaminhar a versão final do documento para validação da secretaria estadual e Undime.

ARTICULADOR DO REGIME DE COLABORAÇÃO

- Articular com órgãos estaduais a participação dos municípios;
- Mobilizar redes municipais a discutir o documento curricular;
- Apoiar encontros regionais, comunicar e engajar municípios;
- Apoiar a coordenação estadual.

ANALISTA DE GESTÃO

- Apoiar coordenadores estaduais da BNCC nas atividades de implementação curricular;
- Acompanhar e garantir o cumprimento dos cronogramas;
- Trabalhar com o articulador de regime de colaboração no envolvimento dos municípios.

COORDENADOR DE ETAPAS

- Coordenar a equipe de currículo na estruturação, redação e ajustes pós-consulta pública;
- Garantir a coerência e continuidade do documento entre as diferentes faixas etárias, etapas da Educação Básica e na transição EI –EF;
- Acompanhar e apoiar o trabalho dos redatores de currículo.

REDATORES

- Coordenar grupos de trabalho de seu respectivo componente e outras organizações interdisciplinares;
- Redigir o documento curricular;
- Realizar oficinas com equipes técnicas e pedagógicas das secretarias, gestores pedagógicos e professores sobre o documento curricular;
- Dialogar sobre transições entre as etapas com coordenadores e redatores;
- Analisar devolutivas de consultas públicas e sistematizá-las;
- Reescrever documento curricular com base nos resultados das consultas públicas;
- Apoiar o processo de (re)elaboração curricular em todas as etapas.

3.2

CONSTRUIR UMA VERSÃO PRELIMINAR

A construção de uma versão preliminar deve considerar a BNCC e os documentos curriculares existentes e começar a partir das discussões e das sistematizações dos Grupos de Trabalho (GTs), sempre procurando contemplar os contextos locais e regionais. É recomendável que esse processo aconteça nos GTs simultaneamente, mas sob coordenação da equipe gestora responsável pela (re)elaboração curricular, **garantindo a coerência e o alinhamento do processo, a transição gradual entre etapas e a interdisciplinaridade**.

A redação deverá ser bastante cuidadosa para que o documento tenha clareza, unidade e coerência e para que proponha uma progressão das aprendizagens, articulação entre os diferentes componentes, observação do tempo necessário para trabalho do professor com aluno etc.

ATENÇÃO

Os conselhos estaduais e municipais de educação, quando envolvidos desde o início da (re)elaboração curricular, poderão contribuir significativamente em todo o processo.

PERGUNTAS QUE PODEM AJUDAR A NORTEAR A ESCRITA DA PRIMEIRA VERSÃO:

- Qual o sujeito que se quer formar ao final da etapa contemplada pelo documento curricular?
- Qual o melhor formato de documento curricular e linguagem para que se favoreça o uso pelos professores?
- A partir de quais elementos o currículo do estado se diferenciará da BNCC?
- De que forma cada área ou componente curricular deve contribuir para que os alunos desenvolvam as competências gerais indicadas na BNCC?
- Como elaborar um documento curricular que considere crianças, jovens e adultos das diferentes escolas do município, região e estado?
- Como os elementos socioculturais, ambientais e econômicos do estado podem ser expressos no documento curricular? E quais são as competências, habilidades e objetos do conhecimento específicos que podem ser enfatizados e aprofundados considerando tais elementos?
- Como o documento curricular pode favorecer a interdisciplinaridade ou a transversalidade?
- As modalidades de educação oferecidas no estado devem ser contempladas no documento curricular ou devem compor um documento à parte?

ESTRUTURA CURRICULAR

Deve-se estabelecer a estrutura do documento curricular a ser (re)elaborado, de acordo com sua proposta pedagógica. Os documentos curriculares podem assumir diversos formatos tendo a BNCC como referencial. As formas de organização e da progressão das aprendizagens são pontos importantes a serem definidos.

EXEMPLOS DE ELEMENTOS QUE PODEM CONSTITUIR OS CURRÍCULOS:

Elementos centrais

- Histórico curricular e descrição do processo;
- Marcos legais que sustentam o currículo;
- Definição dos sujeitos que se quer formar;
- Definição de princípios ou conceitos de ensino e de aprendizagem;
- Indicação de temas transversais e integradores, relacionados às temáticas contemporâneas e exigidos por legislação e normas específicas;
- **Formas de organização e agrupamento das habilidades e/ou objetos de conhecimento (aspecto diretamente relacionado às aprendizagens esperadas para os estudantes).**

Elementos complementares

- Orientações pedagógicas com propostas de atividades, projetos ou sequências didáticas sugerindo ou ilustrando como professores podem trabalhar determinadas competências ou habilidades;
- Sugestões de interrelações entre habilidades e objetos de conhecimento de diferentes componentes curriculares ou áreas de conhecimento, de forma integrada às competências gerais;
- Indicações de metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas, considerando a defasagem e distorção idade-série;
- Referenciais para fundamentar a avaliação e sugestões de como os professores podem avaliar o que é indicado no documento curricular;
- Orientação sobre organização de tempos e espaços.

DIVERSIDADE E ORIENTAÇÕES ADICIONAIS

O documento curricular deve dialogar com a realidade da comunidade local. Para isso, seu processo de (re)elaboração deve considerar a **contextualização das aprendizagens da BNCC** à luz de aspectos como características demográficas, naturais e econômicas, e elementos socioculturais do estado, assim como temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, indicados por lei (ver página 19 da BNCC).

Estado e municípios que trabalharem em regime de colaboração para a (re)elaboração de um documento curricular do estado poderão reforçar aspectos da aprendizagem relacionados ao contexto local por meio de **orientações adicionais** e rotinas pedagógicas que apoiam os professores na implementação desse documento, como o desenvolvimento e revisão dos PPs, formação de professores e recursos didáticos.

Para isso, o **engajamento das instâncias regionais durante o processo de (re)elaboração do novo documento é fundamental**, tanto para a contribuição durante a sua construção quanto para a apropriação das equipes técnicas e pedagógicas das secretarias e escolas sobre o documento curricular proposto. Reforça-se que nessa participação conjunta não deve haver hierarquia entre redes. Todos são igualmente parte do processo colaborativo.

ATENÇÃO

Para apoiar os esforços de (re)elaboração curricular, uma ferramenta digital da plataforma Educação é a Base está disponível para orientar o processo nas diferentes etapas e componentes curriculares. A ferramenta contém:

- *Orientações sobre como contextualizar, complementar e aprofundar as habilidades e objetivos de aprendizagem previstos na BNCC;*
- *Vídeos com especialistas sobre o processo de (re)elaboração curricular;*
- *Indicações sobre relações entre habilidades e competências destacando a progressão da aprendizagem, o desenvolvimento integral e oportunidades de trabalho interdisciplinar.*

3.3

REALIZAR CONSULTAS PÚBLICAS

Para garantir um processo participativo e que contemple as diversas realidade do estado, recomenda-se a realização de consultas públicas para a coleta de contribuições. Essas consultas podem ser realizadas a distância, por formulários on-line ou físicos, ou presencialmente, com eventos regionais nos municípios ou em grupos de municípios.

Sugere-se considerar a inclusão de múltiplos atores nas consultas e fazer ampla divulgação desse momento de escuta à sociedade. **Um processo de (re)elaboração curricular participativo e democrático contribui para a legitimidade e implementação do novo documento.**

Exemplos desses atores são descritos abaixo. A lista não é exaustiva e traz atores comumente envolvidos nos processos de consulta nos estados e municípios, mas a participação varia de acordo com suas especificidades, bem como com o histórico de participação de diferentes entidades no debate educacional:

- Comunidade escolar: professores, coordenadores pedagógicos, diretores e conselhos escolares (escolas municipais, estaduais, federais e privadas);
- Associação de pais;
- Associação de estudantes;
- Sindicatos de profissionais da educação;
- Representantes das escolas particulares;
- Universidades públicas e privadas;
- Entidades acadêmicas;
- Entidades ligadas ao governo;
- Comissão de educação da assembleia legislativa;
- Confederações, fóruns e conselhos do setor educacional;
- Movimentos sociais relacionados aos Temas Integradores;
- Entidades do 3º setor;
- Outras entidades e representações relevantes no estado.

Sugere-se ser transparente e claro quanto aos critérios de escuta para a consulta, definindo e divulgando as questões em torno das quais se organizará o processo. A formulação dessas questões e sua organização em formulários (digitais ou físicos) a serem preenchidos, com perguntas objetivas, facilita a o processo de sistematização e análise das contribuições coletadas.

ATENÇÃO

***A Plataforma Educação é Base conta com uma funcionalidade de consultas públicas para os currículos em construção**, relatórios com os resultados destas consultas e uma interface colaborativa e participativa. Nela, pode-se organizar grupos de trabalho ampliados, com representantes regionais de cada etapa, área ou componente, durante o processo de elaboração da primeira versão e demais etapas.*

3.4

SISTEMATIZAR AS CONTRIBUIÇÕES PARA A PROPOSTA CURRICULAR

Após receber as contribuições dos profissionais da educação e, se possível, da sociedade civil, essas devem ser sistematizadas para incorporação na proposta curricular. Recomenda-se dar um retorno à sociedade, ainda que em nível macro, das modificações feitas à luz das contribuições recebidas ao longo da consulta pública.

Vale ressaltar que o documento curricular é vivo e que sofrerá revisões e modificações ao longo do tempo.

3.5

ENVIAR A PROPOSTA CURRICULAR AOS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO

Após a conclusão da proposta, o documento é encaminhado aos conselhos estaduais ou municipais de educação para a sua normatização dependendo de sua competência em cada estado. Antes de enviar a proposta curricular aos conselhos de educação e torná-la pública, garanta uma revisão final do documento, verificando a coerência e o alinhamento da proposta à BNCC. Ajustes adicionais poderão ser feitos à luz das recomendações dos conselhos de educação.

ATENÇÃO

O envolvimento dos conselhos de educação durante todo o processo ajuda a garantir alinhamento e agilidade na análise do documento e sua normatização. É importante verificar na legislação local o papel do conselho de educação no processo.

REALIZAÇÃO

Ministério da Educação (MEC)

Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed)

União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)

União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME)

Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCEE)

APOIO TÉCNICO

Movimento pela Base Nacional Comum

2018

Compartilhe suas ações de implementação da BNCC!

Envie um relato e fotos dos trabalhos para **apoiobncc@mec.gov.br**

Para referências, consulte os sites:

A Educação é a Base
www.basenacionalcomum.mec.gov.br

Consed
http://www.consed.org.br

Undime
https://undime.org.br

Movimento pela Base
http://movimentopelabase.org.br

Recursos complementares a esse Guia serão em breve disponibilizados na Plataforma "A Educação é a Base"

Realização

União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação

FÓRUM Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação

UNDIME União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

consed Conselho Nacional de Secretários de Educação

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

BRASIL GOVERNO FEDERAL

Apoio técnico

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM